

DA AMEAÇA AO CONSENSO: OS IMPACTOS DO GOVERNO JUSCELINO KUBISTSCHEK NA INDUSTRIALIZAÇÃO E NO SETOR DE ENERGIA DO ESPÍRITO SANTO

FROM THREAT TO CONSENSUS: THE IMPACTS OF THE JUSCELINO KUBISTSCHEK GOVERNMENT ON INDUSTRIALIZATION AND THE ENERGY SECTOR IN ESPÍRITO SANTO

Jayme Karlos Reis Lopes*
jaymekrlopes@gmail.com

RESUMO: Este artigo explora os impactos do governo federal de Juscelino Kubistchek na expansão da industrialização no estado do Espírito Santo, observando uma de suas questões chave: a consolidação do seu setor elétrico. Para tanto, serão consideradas investigações de tese de doutoramento realizadas em 2021, que tendo como referências análise documental e bibliografias diversas, apontaram para o peso da dimensão política neste processo. Ao que nos parece, desenvolvimento industrial nacional, forças políticas regionais e energia elétrica, parecem se revelar dimensões que assumem sua forma final sob a coordenação do Estado nacional desenvolvimentista, impactando de maneira singular as dinâmicas do ambiente federativo em um contexto de profundas desigualdades regionais. Situação que, historicamente, mostra ter beneficiado a cooptação dos grupos políticos das regiões menos desenvolvidas da federação, como o Espírito Santo, para o desenho de um conjunto de ações das políticas econômicas nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Industrialização, Eletricidade, Espírito Santo, Elites, Modernização, Brasil.

ABSTRACT: This article explores the impacts of Juscelino Kubitschek's federal government on the expansion of industrialization in the state of Espírito Santo, noting one of its key issues: the consolidation of its electricity sector. To this end, doctoral thesis investigations conducted in 2021 will be considered, which, having as references documental analysis and various bibliographies, pointed to the weight of the political dimension in this process. It seems to us that national industrial development, regional political forces and electricity reveal dimensions that take their final form under the coordination of the developmental national state, impacting in a unique way the dynamics of the federative environment in a context of deep regional inequalities. A situation that, historically, has benefited the co-option of political groups from the less developed regions of the federation, such as Espírito Santo, to design a set of actions for national economic policies.

KEYWORDS: Industrialization, Electricity, Espírito Santo, Elites, Modernization, Brazil.

Introdução

O presente artigo se destina a explorar as influências do período Juscelino Kubistchek (1956-1961) na expansão da industrialização do estado do Espírito Santo. Para tal propósito, levaremos em conta a vocação desenvolvimentista que caracterizou o Estado nacional brasileiro, bem como, a precária situação econômica do estado capixaba naquele momento, que tinha características fundamentalmente agrícolas e se encontrava extremamente fragilizada.

Esta pesquisa, conduzida a partir das investigações realizadas por tese de doutoramento defendida em 2021, considerou, em sua centralidade, o peso da dimensão política neste processo, tendo observado o papel estratégico das elites nacionais e regionais no

*Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

planejamento, nas negociações e na implementação da industrialização no estado do Espírito Santo.

Algumas dimensões não devem ser negligenciadas neste contexto: a forte presença do Estado nacional como fomentador do projeto de modernização do país, aliada às profundas desigualdades das economias regionais, condições que determinaram a aplicação de distintas políticas industriais, e, a relevância do desenvolvimento de uma infraestrutura elétrica para o processo de industrialização.

Sobre este assunto, inicialmente podemos nos remeter às análises de Alexandre Saes (2009), quando observa que, conjugado com a emergência do processo de industrialização e urbanização nacional, as distintas transformações nos sistemas de eletricidade das diversas regiões do país foram também partes fundamentais da formação do capitalismo nacional. Neste sentido, desenvolvimento industrial nacional, forças políticas regionais e energia elétrica revelam-se dimensões que assumem sua forma final sob a coordenação do Estado nacional desenvolvimentista brasileiro, sobretudo, ao longo da segunda metade do século XX.

É importante dizer que a história econômica brasileira, assim como os demais países do mundo capitalista, apresenta uma realidade dinâmica que se caracteriza por um processo pendular que alterna fases desenvolvimentistas de crescimento acelerado e de força do Estado nacional, e fases estabilizadoras, caracterizadas pela necessidade de combater os processos inflacionários e desajustes fiscais, que comprometem o crescimento econômico e a capacidade de fomento do Estado nacional (RAPOSO, 2011).

Momentos desenvolvimentistas, de maior vigor político e econômico do Estado Nacional, foram propícios à implantação de projetos de desenvolvimento econômico a nível regional. Momentos estabilizadores, de ajuste fiscal, combate à inflação e de economias estatais enfraquecidas, são menos propícios à atuação do Estado como fomentador da economia. Esta dinâmica historicamente beneficiou a cooptação, sobretudo dos grupos políticos das regiões menos desenvolvidas da federação, para o desenho de um conjunto de ações de políticas econômicas que garantiram o poder do Estado Nacional na medida em que a relação destas economias regionais com o poder central foi de colaboração/subordinação.

No estado do Espírito Santo, diferente dos demais estados da região Sudeste, principalmente de São Paulo, onde o capital de comercialização do café durante o início do século XX financiou a industrialização e a modernização econômica, a importância da cultura cafeeira se deu pela particularidade de um modelo econômico e social. Me refiro a uma forma

particular de expansão da atividade econômica, ocupação territorial e formação social, baseada na pequena propriedade familiar, nas quais conviviam a economia de subsistência e a produção para geração de excedente.

A industrialização se deu, quase que exclusivamente pela necessidade de sobrevivência econômica em decorrência de uma severa crise da cafeicultura, que se arrastaria até o final da década de 1960. Situação que propiciou a aproximação entre elites locais afetadas pela crise da cultura cafeeira e elites nacionais, que já participavam do percurso da industrialização na administração Federal.

O jogo político que se desenvolveu aí, consistiu em um processo de negociação continuada entre a administração federal e uma administração regional subalterna. Esta relação de sujeição se torna o principal canal para acesso a benefícios e privilégios sob controle do Estado, sendo, inclusive, um dos caminhos mais importantes para a própria manutenção de poder em momentos de mudanças ou rupturas, em uma conjuntura que se caracterizava por uma modernização conservadora (MOORE JR, 1967; REIS, 1976).

A seguir, iniciaremos a análise deste cenário, a partir do apontamento do que significou o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek para a modernização brasileira, e para a construção – mesmo que inicial – do setor elétrico nacional.

O desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e o setor elétrico nacional

Juscelino Kubitschek governou o estado de Minas Gerais entre 1951 e 1955 com a mesma ênfase modernizadora que foi característica de sua administração municipal em Belo Horizonte, entre 1940 e 1945. Manteve uma posição contrária ao golpismo que culminaria com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, criou uma imagem de democrata e em contrapartida recebia valoroso apoio do governo federal em forma de recursos financeiros, para a execução de seu projeto de modernização estadual (BOTEGA, 2019).

Esta relação ajudou o governador mineiro em sua candidatura ao governo federal, com o apoio fundamental do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1955. Porém, também fez aumentar a desconfiança dos setores conservadores da União Democrática Nacional (UDN) e da direita militar de que seria um aliado e continuador do getulismo. Mas como destaca Vânia Moreira (2003), sob um ponto de vista panorâmico, o governo JK foi quase uma ‘proeza’, pois, a partir de um quadro social e político tenso e com interesses bastante divergentes, conseguiu conciliar o processo democrático e a intensificação do desenvolvimento de tipo capitalista.

Por sua vez, Maria Victoria Benevides (1976;1991), destaca que o ‘êxito’ do governo Kubitschek, esteve relacionado a existência das condições necessárias para a implementação de seu programa desenvolvimentista, o Plano de Metas, representado pelo slogan “50 anos em 5”. Essas condições teriam as seguintes variáveis: 1) a cooptação dos militares; 2) a forte aliança entre os principais partidos da época PSD e PTB, indispensável dentro das disputas orçamentárias no congresso; 3) o desenvolvimento do Programa de Metas e 4) uma ‘administração de notáveis’. Este conjunto de variáveis favoráveis, foi possível graças a uma estrutura de Estado onde os poderes estavam fortemente concentrados no executivo. E o mais importante ou eficiente para execução de sua política de desenvolvimento, Kubitschek conseguiu “implementar uma política inovadora sem destruir o clientelismo já tradicional na administração brasileira” (BENEVIDES, 1991, pg. 12).

Igualmente, Lúcio Flávio de Almeida (2006) afirma que o nacional-desenvolvimentismo ou o nacionalismo triunfante de Juscelino representou o momento de uma hegemonia burguesa no Brasil. Essa hegemonia ou “simulacro de hegemonia”, foi constituída pela forte presença de uma variante ideológica empresarial, sendo garantida pelo fato de que o projeto de capitalismo industrial implementado pelo governo correspondeu aos interesses das duas frações de classe que compunham o “bloco no poder” durante o período: a burguesia industrial e os militares.

De todas as formas, podemos dizer que tais convergências se expressavam, especialmente no Plano de Metas, em um documento-programa intitulado “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento” construído ao longo da campanha presidencial de Juscelino que propunha um conjunto de 30 metas divididas nos seguintes setores: energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação. Todas essas metas se inseriam no objetivo principal de “acelerar o processo de acumulação, aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtivas” (KUBITSCHKEK, 1955).

Sob o impulso do Plano de Metas, houve uma intensa e rápida diferenciação industrial articulada pelo Estado. Maria da Conceição Tavares (1981), realça dois fatos essenciais da economia brasileira entre 1956 e 1961: o aumento da participação do governo nos investimentos e a entrada de capital estrangeiro privado e oficial para desenvolver vários setores.

Além de tudo isso, como aponta Celso Lafer (1970), o plano de desenvolvimento nacional de Juscelino Kubitschek pode ser entendido, pela complexidade de suas formulações e profundidade de seu impacto, como a primeira experiência efetivamente posta em prática de

planejamento governamental no Brasil. Sendo a decisão de planejar essencialmente uma questão política, pois é uma tentativa de alocar explicitamente recursos e, implicitamente, valores, por meio do processo de planejamento e não através dos demais e tradicionais mecanismos do sistema político. A implementação do Plano de Metas é, também, um fenômeno político, porque se apresenta como uma forma de se aferir quanto da tentativa de alocar recursos e valores se efetivou, ou em outras palavras, qual é a relação num dado sistema entre política e administração (LAFER, 1970, p. 30).

Neste condições é que se propõe o projeto de lei 4.280/54 que autorizava a União a constituir a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), mesmo que só aprovada em 1961 no breve Governo Jânio Quadros. Mesmo assim, sua contundente importância fica registrada em fala do Prof. José Luiz Lima:

O planejamento do setor de energia elétrica seria consagrado pelas reformas institucionais e políticas implementadas em meados da década de 1960. Esse instrumental, essa capacitação conquistada na primeira metade da década, haveria de informar todos os planos desenvolvidos mais tarde pelo governo federal no que diz respeito à infraestrutura energética, e que foram elaborados a partir da Eletrobrás. (Centro de Memória da Energia, 1995, p. 70)

Junto a isso, nas políticas adotadas nos anos de 1952 a 1961, a política de expansão das indústrias de base foi uma das que mais ganharam atenção e investimentos, crescendo significativamente em relação ao período anterior conforme elucida Lafer (1970, p. 45):

O setor de indústrias de base, que absorvia 20,4% dos investimentos inicialmente contemplados pelo Plano de Metas era um dos setores cruciais para se atingir a vigorosa política de industrialização de que falava Kubitschek na sua campanha eleitoral de 1955. Os resultados do setor, no conjunto, mostram que esse objetivo foi atingido, pois o ritmo de crescimento da produção industrial aumentou de mais de 96% sobre 1955 – índice do volume físico da produção industrial – crescimento que se compara muito favoravelmente com o índice de 1952-1955 que foi de 42%. Por outro lado, a produção industrial diversificou-se, ganhando maior ênfase o setor de bens de produção [...].

O setor de indústrias de base entre 1955 e 1959 recebeu 55,4% dos equipamentos estrangeiros que entraram como investimento direto via Instrução 113¹, o equivalente a 93,6% do total, se forem desconsiderados os investimentos em setores que não faziam parte do Programa de Metas. Estes dados confirmam a importância do desenvolvimento deste setor nas metas do governo Kubitschek.

¹ A Instrução nº 113 permitiu a importação de bens de capital à taxa “livre” de câmbio por investidores estrangeiros, caso esses investidores aceitassem, como forma de pagamento, a participação no capital próprio da empresa que importasse o equipamento. A Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil, sucessora da Carteira de Exportação e Importação (CEXIM), julgava se os investimentos se enquadravam nas suas prioridades para a concessão dos benefícios da Instrução nº 113, embora no caso de bens de capital para produção de bens enquadráveis nas três primeiras categorias de importação a aprovação fosse automática (CPDOC/FGV, Acessado em 19/12/2019).

Contudo, ao final do governo Kubitschek, ocorre um importante ponto de inflexão. Entre os anos de 1961, final do seu governo, e 1964, governo João Goulart, sob uma conjuntura econômica complicada e uma instabilidade política persistente, rompeu-se a dinâmica nacional-desenvolvimentista. Como analisa Eduardo Raposo (2011), o governo Juscelino não conseguiu abalar as contradições fundamentais do nosso desenvolvimento social e político. Permaneceu sem mudanças ou rupturas, com a divisão entre grupos e corporações que recebiam recursos políticos e econômicos administrados pelo Estado, que mesmos organizados, continuaram excluídos do contrato social que vinha prevalecendo na organização política do país, seja do ponto de vista nacional ou regional.

Diante da polarização e do confronto entre forças políticas, conflitos que expressavam a falta de consenso sobre as regras que deveriam regular a vida política nacional, as elites industriais aliam-se às outras frações dominantes, porém heterogêneas, constituindo um golpe de Estado que depõem o presidente Goulart.

É necessário dizer que em todo o período desenvolvimentista até 1964, embora de forma intermitente, foi promovido o avanço da tecnologia das estruturas econômicas e das instituições estatais. Esta dinâmica se organizou em torno do poder econômico do Estado, com infraestrutura e indústrias de base, ficando o capital estrangeiro com indústrias dinâmicas e o capital nacional com indústrias tradicionais.

Neste momento, o Estado aparelhou-se em termos organizacionais, de coordenação econômica e planejamento, programas de metas e planos setoriais, políticas de financiamento estatal, de fomento e comércio exterior, normas e regulamentações específicas de preços, tarifas públicas, salários, concentração da economia e tecnologia, passando a utilizar o desempenho econômico como critério básico de legitimidade em substituição aos clássicos instrumentos e valores de representação política.

Desta forma, as metas estabelecidas para a indústria de base foram atingidas, bem como o proposto pelo Plano para as áreas de infraestrutura energética. A expansão da capacidade instalada significou alcance dos objetivos de aumento de produção, elevando a capacidade instalada em 3.500.000kW em 1956, 5.000.000kW em 1960, e 9.000.000kW em 1965².

Esta fase compreendeu a transição para um sistema elétrico estatal, seja no plano federal ou estadual. Tendo como postos-chave a criação de Furnas Centrais Elétricas S.A

² Para comparação, a capacidade total do sistema elétrico em 2016 foi de 150.400.000kW.

(Furnas) em 1957 – responsável pela UHE Furnas e destinada ao atendimento do crescimento da demanda de energia elétrica das cidades industrializadas do Sudeste, e em 1962, a criação da Centrais Elétricas Brasileiras – S.A (Eletrobrás), como empresa pública controladora do Fundo Federal de Eletrificação, sendo está a responsável pela concepção e realização de estudos e projetos, operação de usinas produtoras, linhas de transmissão e pela distribuição de energia elétrica nacional por meio do controle direto ou indireto de várias empresas regionais.

Estruturas políticas históricas capixabas e a “ameaça” da industrialização

Os rebatimentos da política de desenvolvimento nacional implementada na gestão Juscelino Kubistchek (1956 a 1960) foram mais fortes nos setores de transportes e energia em território capixaba. Contudo, inicialmente, os ganhos do Espírito Santo não podem ser tidos como relevantes, uma vez que a orientação estadual divergiu um pouco do plano nacional, que previa concentração na geração de energia elétrica com a construção de grandes usinas hidrelétricas e interligação nacional. Durante o governo Francisco Lacerda de Aguiar (1955 e 1959), foi dada ênfase às pequenas hidroelétricas pulverizadas em diversos municípios do Estado.

Mas tal divergência não impediu que as obras de construção de uma usina hidroelétrica de maior monta, como a de Rio Bonito, tivessem continuidade e o acompanhamento da Espírito Santo Centrais Elétricas (ESCELSA). A isto associa-se ainda o modo como as elites políticas capixabas vão se relacionar com o projeto desenvolvimentista nacional.

Tudo se inicia na disputa eleitoral capixaba de 1959 que tinha o seguinte quadro de candidatos: representando pela Aliança PSD/PSP, concorreu Carlos Lindenberg (PSD) e Raul Giuberti (PSP); pela Aliança Democrática UDN/PRP, disputou Eurico Rezende (UDN) e Archilau Vivácqua (PRP); e representando o PTB, concorreu com Floriano Lopes Rubim (PTB)³ e Arnaldo Pinto de Andrade (PTB).

³ **Floriano Lopes Rubim**, formado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Espírito Santo, formou-se também na Escola de Educação Física do Rio de Janeiro (Estado da Guanabara) em 1941. Nesse mesmo ano ingressou na Força Policial do Espírito Santo e participou da campanha militar brasileira na Itália durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em 1948 passou a ajudante-de-ordem na Casa Militar do governador do Espírito Santo, Carlos Lindenberg (1947-1951), função que exerceu até 1949. Em 1950 elegeu-se deputado estadual pelo Espírito Santo, na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em outubro de 1954 elegeu-se deputado federal por seu estado, agora com o apoio da Coligação Democrática formada pelo PTB e pelos partidos Republicano (PR), de Representação Popular (PRP) e Social Progressista (PSP). Encerrou o mandato estadual em janeiro de 1955, assumindo no mês seguinte sua cadeira na Câmara Federal. Se licenciou da Câmara para assumir a Secretaria de Viação e Obras Públicas do Espírito Santo no governo de Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1959). Em 1960, participou da campanha de Jânio Quadros para a presidência da República, filiando-se ao Partido Democrata Cristão (PDC). No entanto, no dia seguinte ao pleito realizado em outubro e vencido por Jânio,

O candidato da Aliança PSD/PSP, o ex-governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, era um dos principais líderes políticos do Espírito Santo. Sua trajetória política é o retrato do próprio movimento político realizado pelo Estado do Espírito Santo pós-Vargas, que buscava o pragmatismo e advogava pela necessidade imperiosa de salvar o Estado do caos financeiro e administrativo.

Já o representante do PTB, Floriano Lopes Rubim, era o primeiro candidato ao Governo do estado cuja origem social não remetia ou estava relacionada às oligarquias agro fundiárias nem às mercantis-exportadoras. Sua principal plataforma política consistia na criação de condições para a industrialização do Estado, principalmente uma infraestrutura energética. Por último, o candidato da UDN/PRP, Eurico Vieira de Rezende, mineiro de origem, filho de aristocracia rural, apresentava em sua plataforma as soluções para os problemas do estado de forma genérica.

O resultado desta eleição foi a vitória de Carlos Lindenberg⁴, que em discurso no ato de sua posse, disse:

Como é do conhecimento público, o primeiro trabalho, o mais árduo e mais difícil da nova administração será o de reorganizar e de finanças do Estado [...]. O Governo não poderá, porém, ater-se apenas à reorganização administrativa e das finanças públicas.

desligou-se do PDC, filiando-se ao Partido Trabalhista Nacional (PTN). Em outubro de 1962 voltou a se eleger deputado federal com o apoio da coligação formada pelo PTN e o Partido Social Democrático (PSD). Assumiu o mandato em fevereiro de 1963, tornando-se vice-líder do partido na Câmara em junho do ano seguinte. Com a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar instalado no país após a deposição do presidente João Goulart em 31 de março de 1964. CPDOC (FGV). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line: Floriano Lopes Rubim. Rio de Janeiro, 01 dez. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/floriano-lobes-rubim>.

⁴ **Carlos Fernando Monteiro Lindenberg** nasceu em Cachoeiro do Itapemirim (ES). Era sobrinho de Jerônimo de Sousa Monteiro, deputado federal, senador e governador do estado do Espírito Santo de 1908 a 1912; de Bernardino de Sousa Monteiro, vereador, deputado estadual, senador e governador do mesmo estado de 1916 a 1920, e de Fernando Sousa Monteiro, que foi bispo de Vitória. Em 1930 participou, em âmbito estadual, do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís, articulando-se com Joaquim de Magalhães Barata, o tenente Pio Borges da Cunha e outros. Lindenberg participa da fundação do Partido Social Democrático (PSD) no Espírito Santo e, nessa legenda, foi eleito deputado constituinte, iniciando seu mandato em 15 de novembro de 1933. Em 1934 deputado federal pelo Espírito Santo, assumiu a Secretaria de Fazenda do estado, a convite do governador João Punaro Bley. Chefiou cumulativamente, a partir de 1936, a Secretaria de Agricultura. Em 1947 concorreu pelo PSD, ao governo do Espírito Santo e foi eleito. Em outubro de 1950 foi eleito senador pelo Espírito Santo na legenda da coligação PSD-Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para o período legislativo 1951-1959. Em 1958 voltou a se eleger governador de seu estado na legenda do PSD. Após 1964, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar. Em 1966, indicou Cristiano Dias Lopes Filho para o governo do Espírito Santo, nas eleições indiretas estabelecidas pelo AI-3, de 7 de fevereiro de 1966. Aceita a indicação pela Arena capixaba, Cristiano foi eleito pela Assembleia Legislativa em setembro do mesmo ano. Em 1970 indicou para o governo do estado Artur Carlos Gerhardt Santos e, mais uma vez, a Arena ratificou a indicação, sendo seu candidato eleito em novembro. Após deixar a vida política em 1975, dedica-se a diretoria da Companhia Vale do Rio Doce, cargo que ocupava desde o governo de marechal Humberto Castelo Branco (1964-1967) e, posteriormente, a atividades de consultoria. CPDOC (FGV). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line: Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Rio de Janeiro, 13 dez. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-fernando-monteiro-lindenberg>.

Terá que se empenhar de modo a proporcionar ao Estado, meios de trabalho e de criação de riquezas, que forneçam novas fontes de renda, acompanhando o País, no seu acelerado crescimento. [...] Programa de utilização de nossas fontes de energia elétrica terá prioridade, para aproveitamento de nossas matérias primas e industrialização dos produtos da lavoura, o que redundará na sua valorização e fomento.⁵

Lindenberg, mesmo se colocando ao lado personalíssimo oligárquico do PSD capixaba, que articulava a manutenção da hegemônica das elites agroexportadora latifundiária⁶, não podia se esquivar das transformações que se processavam de forma acelerada a nível nacional e que refletiram no Espírito Santo ao longo do seu Governo, entrecortando o seu projeto de poder político a nível regional. Neste contexto, tenta tomar o controle das mudanças econômicas evitando rupturas bruscas com a ordem agrária. Carlos Lindenberg retoma o projeto de desenvolvimento iniciado por Jones dos Santos Neves⁷, mas tentando imprimir feições mais próximas de sua força política. Entretanto, enquanto Neves tinha ideias de desenvolvimento industrial acelerado induzido pelo Estado, Lindenberg solidarizava-se com a alternativa mais conservadora, protagonizada pela burguesia agromercantil, cuja base fundamental de interesses era expressa pela economia cafeeira. Seu programa de governo, ainda como candidato dizia:

Empregaremos todos os esforços possíveis para a realização do programa de eletrificação propiciando a industrialização do Estado, visando às nossas fontes de receita e produção a que aludi. Como não compreendo industrialização sem produção agrícola, entendo que a agricultura em todos os seus ramos, deverá ter todo o amparo, toda assistência técnica, social e financeira, como seu mais legítimo direito. [...] A meu ver a industrialização, em nosso país, está intimamente ligada ao desenvolvimento agrícola. Precisam caminhar paralelamente. Qualquer desequilíbrio será fatal, desastroso para a economia nacional.⁸

Mesmo assim, o seu governo vai concluir as obras da hidrelétrica de Rio Bonito e dar seguimento ao Plano Elétrico Estadual. Nas palavras de Lindenberg: “*O programa de utilização de nossas fontes de energia elétrica terá prioridade, para o aproveitamento de nossas matérias primas e industrialização dos produtos da lavoura [...].*”⁹

⁵ Espírito Santo (Estado). Governador, 1959-1962 (Carlos Lindenberg). Mensagem à Assembleia Legislativa, Imprensa Oficial. p. 3. Vitória, 1960.

⁶ SILVA, 1986.

⁷ **Jones dos Santos Neves** nasceu em São Mateus (ES), norte do estado em de 1901. No início de 1933 participou da comissão diretora provisória do Partido Social Democrático (PSD) do Espírito Santo, criado com vistas às eleições à Assembleia Nacional Constituinte, convocadas pelo presidente Getúlio Vargas. Em 21 de janeiro de 1943, Jones Neves foi nomeado interventor federal no Espírito Santo, assumindo o cargo no mesmo dia em substituição a Punaro Bley. Em 1945 Jones Neves elegeu-se senador pelo PSD. Assumindo o mandato em abril de 1947, participou da Comissão de Finanças do Senado e das comissões mistas de Investigação Agrícola e de Leis Complementares. Nesse período, foi também presidente do diretório regional do PSD em seu estado e membro do diretório nacional do partido. Em 1950 elegeu-se governador do Espírito Santo na legenda da coligação entre o PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

⁸ Jornal A Gazeta, 19/03/58, 1ª p., Roteiro (de Governo) do Candidato Carlos Lindenberg.

⁹ Jornal A Gazeta, 01/02/59, p. 01. Capa.

O que nos parece claro é que, ao mesmo tempo que Lindenberg aceita a lógica de modernização nacional, a sua conduta tinha como objetivo manter a estrutura fundiária existente no Espírito Santo, o que garantiria a manutenção política das elites constituídas, principalmente aquelas reproduzidas na grande e pequenas propriedades rurais.

Todo esse contexto tem relação direta com a crise persistente na economia cafeeira, que corroía o capital econômico e político de boa parte das elites capixabas, o que além de tudo, reforçaria o ganho de espaço e maior poder de luta de novas forças. Deste modo, inicia-se a configuração de um núcleo de elites políticas identificadas com o projeto de industrialização a nível nacional, as quais passaram a buscar formas de inserir o Espírito Santo com mais intensidade neste projeto. Essas forças se agregariam em torno da recém-criada Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES)¹⁰.

O aprofundamento da crise do café e o “consenso” pela industrialização

A crise da agricultura cafeeira no Espírito Santo é considerada por uma vasta bibliografia, a conhecimento: BUFFON (1992), SILVA (1986), ROCHA & MORANDI (1991), SIQUEIRA E VILLASCHI (2011), OLIVEIRA (2018), como marco do momento em que as iniciativas políticas fundamentadas no Estado foram direcionadas para o desenvolvimento urbano e industrial no Espírito Santo.

É, paradoxalmente, entre as décadas de 1940 e 1950 que se chega ao máximo da expansão da cafeicultura em território capixaba, sendo o evento complementar de uma tempestade perfeita, na qual conjugam, ao mesmo tempo, pragas nos cafezais¹¹, o início de um programa nacional de erradicação, e finalmente, novos setores da economia capixaba ganham dinamismo, acelerando a falta de mão de obra. O resultado mais direto disso é, já nos primeiros anos da década de 1960, o declínio derradeiro do cultivo de café¹².

Além disso, por ser um estado agroexportador onde, em 1960, 56,6% da arrecadação com exportações vinham do café, e como a características do cultivo se relacionavam fortemente com uma produção agrícola familiar em pequenas propriedades, estabeleceu-se uma crise de grandes proporções em vários lugares da sociedade¹³. Entre 1962 e 1967, foram

¹⁰ Criada em 1958.

¹¹ Entre as mais conhecidas, a Broca e a Ferrugem.

¹² Mesmo que este nunca deixará de ser referência para a economia capixaba.

¹³ MEDEIROS, Antônio Carlos. Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa. Dissertação de mestrado (Mestrado em Administração Pública). Escola Brasileiro de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. IBC/GERCA, 1979.

erradicados 53,8% dos cafeeiros capixabas, gerando a eliminação de 60mil empregos, o que equivaleu a 200 mil pessoas migrando do campo para a cidade.¹⁴

O cenário levou as elites estaduais afetadas à constatação da necessidade de diversificação profunda da economia, o que Oliveira (2018) chama de *consenso de necessidades*. Não existia opção para estes grupos, a não ser confluir para um profundo projeto industrializante, gestado, claro, por elas próprias – mas ao auspício nacional - e sob o controle do PSD¹⁵. Contudo, mesmo com a tentativa de manutenção de seus poderes, muitas destas elites agrárias perdem seu espaço dando lugar a forças com um viés urbano-industrial, e outras abraçaram de forma definitiva o ideário desenvolvimentista que se colocava. Nas palavras de Christiano Dias Lopes¹⁶:

A própria estrutura socioeconômica do estado, que se assentava tradicionalmente na lavoura de café, desabou no rasto dessa cultura, sem que nosso incipiente desenvolvimento industrial alcançasse um nível de expressão capaz de oferecer qualquer compensação pelas consequências do radical colapso do cafeeiro. As implicações sociais do desastre outorgam ainda ao governo, a pesada responsabilidade de assistir as populações que estão se desajustando, exatamente no momento em que por consequências do mesmo fenômeno, estão arrasadas as parcas possibilidades tributárias do Estado.¹⁷

Por este caminho, foi criado, na Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) em 1959, um conselho técnico que teria enorme influência nos governos que se seguiram. O Conselho Técnico foi constituído com os seguintes membros: Eliezer Batista e Arthur Carlos Gerhardt Santos, além de Alberto Stange, Humberto Pinheiro Vasconcelos, Aloísio Simões, Jorge Faria Santos e Bolivar de Abreu, e depois Guy Predo de Freitas e Eugênio Pacheco¹⁸.

¹⁴ Com uma população total estimada de 1.599.333, ou seja, uma migração de 12,50% de sua população. Fonte dos dados: IJSN, 1977.

¹⁵ Partido Social-Democrata (PSD).

¹⁶ Governador entre 1967 e 1971.

¹⁷ ESPÍRITO SANTO, Ano Zero. A Gazeta, Vitória, p. 2, 30 mar. 1967.

¹⁸ **Eliezer Batista**, engenheiro, que ingressa em 1949 na Companhia Vale do Rio Doce, trabalhando no Departamento de Construções da Estrada de Ferro Vitória-Minas. Ocupou, posteriormente, os cargos de chefe do Departamento da Via Permanente (1951) e de assistente de engenharia (1957). Em maio de 1959, foi nomeado superintendente da estrada. Em 1961, assume a direção da Companhia, em substituição a Francisco de Sá Lessa. Em 1962, foi nomeado ministro das Minas e Energia em substituição a João Mangabeira. Integrava o gabinete provisório chefiado por Hermes Lima (1962-1963). Em abril de 1963, participou da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias do Serviço Público (Conesp), para a compra das subsidiárias da Bond and Share, pertencente ao grupo American and Foreign Power Company, e da International Telephone and Telegraph (ITT). Como ministro, foi também presidente do Conselho Nacional de Minas e Energia e da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos. Em 1968, foi designado presidente da fundação da Rio Doce Internacional S/A, subsidiária da Vale com sede em Bruxelas. Na década de 1970, a partir do governo de Rondon Pacheco (1971-1975) em Minas Gerais, passou a atuar também como consultor e promotor de negócios para o governo mineiro, quando várias indústrias de bens de capital se instalaram no estado. Em março de 1979, com o início do governo João Figueiredo, voltou a presidir a Companhia Vale do Rio Doce. CPDOC (FGV). Dicionário

O Conselho Técnico da FINDES e posteriormente o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEC), criado pela Lei estadual Nº 1.613, de 10 de fevereiro de 1960, agiram prioritariamente no sentido de produzir o mapeamento da situação do estado, articulando junto à Confederação Nacional das Indústrias (CNI) o apoio ao planejamento para o desenvolvimento do Governo Estadual, realizando assim, em 1960 o “Seminário Pró-Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo”.

Marta Zorzal e Silva (1986) fazem uma interessante análise sobre a atuação da FINDES e sobretudo, do CODEC sobre o governo estadual a partir daí:

[...] o processo de planejamento, enquanto atividade tecnocrática, tem início na nova esfera de agregação e articulação de interesses, e, em sua dinâmica, avança para o interior do Aparelho de Estado produzindo modificações na sua estrutura institucional (SILVA, 1986, p. 240).

O governo capixaba foi incorporando em seu núcleo a participação de entidades corporativas que, a começar pelas diretrizes formuladas pelo Conselho Técnico e posteriormente por sua versão estatal, o CODEC, passaram a elaborar, de forma constante, um projeto de industrialização voltado à exportação, baseado fundamentalmente na indústria de base, logística industrial e agroindústrias.

Cabe registrar a articulação das elites políticas do Espírito Santo para a transferência da sede da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) do Rio de Janeiro para Vitória, e ainda para que um representante do Espírito Santo fosse indicado para a Presidência da Companhia, no caso, Eliezer Batista. Com a transferência da sede e a administração de Batista, a Empresa passa a investir mais intensamente no Espírito Santo, em direção à criação de condições para a instalação da indústria siderúrgica acoplada ao Porto de Tubarão, na parte continental do

Histórico-Biográfico Brasileiro On-line: Eliezer Batista Da Silva. Rio de Janeiro, 04 dez. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eliezer-batista-da-silva>. Sobre **Arthur Carlos Gerhardt Santos**, Secretário do Planejamento de Viação e Obras Públicas no Espírito Santo de fevereiro de 1966 a janeiro de 1967, durante os governos de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966) e de Rubens Rangel (1966-1967), também em 1967, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Codes), atual Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Bandes). Durante o ano de 1969 exerceu o cargo de diretor-presidente da Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE). Indicado pelo senador, naquele momento, da Aliança Renovadora Nacional (Arena) Carlos Lindenberg, para o cargo de governador do Espírito Santo nas eleições indiretas de outubro de 1970, foi eleito pela Assembleia Legislativa assumindo o governo em 1971 e indo até 1975. CPDOC (FGV). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line: Arthur Carlos Gerhardt Santos. Rio de Janeiro, 04 dez. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-carlos-gerhardt-santos>. Para os demais, cabe ressaltar que além de Batista e Santos, **Alberto Stange** que era Professor, advogado, escritor e político, **Humberto Pinheiro Vasconcelos**, Coronel do exército e economista, e **Bolivar de Abreu** era médico sanitaria e foi secretário da educação do governo Carlos Lindenberg e **Guy Predo de Freitas**, Diretor do jornal *A Gazeta*.

município de Vitória, que se chamaria Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)¹⁹, e seria criada em 1976.

Na comemoração do segundo aniversário da Rádio Espírito Santo em 1961, o Governador Lindenberg enfatiza que o Espírito Santo despertava e caminhava para eliminar os entraves que dificultavam a expansão econômica do Estado no campo industrial. O primeiro passo para isso, foi a assinatura em 1962 do contrato entre Governo Estadual e Federal para a construção do Porto de Tubarão. O que posteriormente faria parte das metas prioritárias do Governo Federal.

O sistema elétrico capixaba como parte do mecanismo político-industrializante

Com a transferência da sede da CVRD para Vitória, também se dá a ampliação da estrada de ferro Vitória-Minas, o melhoramento no porto de Vitória e construção do Porto de Tubarão - como citado anteriormente -, que ocorre entre 1963 e 1964. Neste mesmo momento, a Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) amplia sua produção, inaugurando em 1963 seu alto forno a carvão vegetal para produção de ferro-gusa²⁰. Em todos os casos, empreendimentos eletrointensivos que fizeram crescer a pressão para a construção de novas fontes geradoras de energia elétrica no Estado, fomentando o debate sobre a ausência de investimentos da CCBFE em usinas hidrelétricas.

A entrada em funcionamento da usina de Rio Bonito em 1959 – que representou um acréscimo de 70% na capacidade instalada de energia no estado -, trouxe um alento ao sistema elétrico capixaba. Contudo, os conflitos entre governo do estado, sociedade e Companhia Central Brasileira de Força e Energia (CCBFE) continuaram fortes. A chegada da ESCELSA na produção de energia indicava, para as camadas dirigentes e para a população, a possibilidade de a empresa estadual atuar também na distribuição e pôr fim a existência da CCBFE como concessionária. Ao mesmo tempo, o movimento de encampação da CCBFE, liderado pelo Gen. José Patente Frota, organizava piquetes ao redor do posto arrecadador da CCBFE, no centro da capital, para impedir o pagamento de contas de energia à empresa. Se juntaram à campanha contra a CCBFE deputados, sindicalistas, o arcebispo de Vitória, empresas e indústrias, entre elas a Chocolates Garoto S/A, uma das maiores produtoras de chocolate do país, que ameaçava se mudar para São Paulo.

¹⁹ Hoje, ArcelorMittal Tubarão.

²⁰ O ferro-gusa é uma liga de ferro, resultado da redução do minério de ferro ao absorver carbono em um alto-forno.

Em 1961, o governo do estado recebe autorização para capitalizar a ESCELSA, vendendo 49% de suas ações, a fim de atrair novos recursos e viabilizar as obras da Usina de Suíça. Além disso, foi autorizado pelo poder legislativo estadual que a CVRD se tornasse sócia da Escelsa pela compra das ações, dando substancial ajuda à execução do programa de eletrificação no Espírito Santo, o que significava o início da entrada de capital federal na empresa estadual de energia, aprofundando-se ainda mais com a participação do BNDE no negócio.

Para a participação do Banco, o governo do estado teria que criar projetos para a construção das usinas de Timbui e Santa Leopoldina, além do exame operativo das unidades de Rio Bonito e Suíça e da implantação de outras usinas térmicas. É importante dizer que este acordo entre BNDE e Governo do estado do Espírito Santo, muito além de uma iniciativa para ampliar o abastecimento de energia elétrica em território capixaba, também estava relacionado com a participação do banco na administração da empresa, por meio da cláusula BNDE/ESCELSA FFE-10 que previa a indicação, pelo banco, de três membros do seu conselho fiscal. Assim, mesmo sendo o retrato de uma política estadual de fomento às indústrias, foi também uma forma de subordinação definitiva aos interesses e necessidades do governo federal dentro do setor elétrico regional.

A importância do setor elétrico para a política capixaba neste momento também vai se expressar pela ascensão ao governo do estado, de forma indireta, de Asdrúbal Soares, que tinha sido o primeiro diretor da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A. Aliado do PSD, era um dos dirigentes do PSP, um dos poucos quadros a participar do governo Lindenberg. Historicamente, Soares sempre se relacionou com a organização dos serviços de energia elétrica no Espírito Santo. Ao mesmo tempo, sempre esteve bem relacionado no campo político, junto às forças que estiveram no poder. A subida de Asdrúbal Soares à secretaria de obras públicas em 1958, e a posterior ocupação do cargo de diretor da ESCELSA a partir de 1960, sem dúvida o colocou como candidato à ocupação do governo do estado de forma interina entre 1962 e 1963²¹. Dentro deste quadro, Soares se torna, mesmo que por um breve período, um dos maiores articuladores no processo de encampação da CCBFE.

Foi ainda em 1962 que ocorreu a primeira tentativa de encampação da CCBFE, através do Decreto Estadual nº 302/62. Contudo, após intensa batalha judicial no Superior Tribunal de

²¹ Asdrúbal Soares vai ser eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa do estado e governou por um breve período, entre agosto de 1962 e janeiro de 1963. Ele ocupa o cargo após a renúncia do governador, vice-governador e do presidente da assembleia para a disputa da eleição de 1962.

Justiça Federal (STF), a encampação estadual é julgada ilegal, sob a alegação do estado estar interferindo em um serviço público federal. Este será um dos principais assuntos da corrida eleitoral ao governo do estado de 1962. Entretanto, a derrota na esfera jurídica federal, não representava uma derrota na esfera política, já que a frente política vencedora da eleição para governador será a da situação, liderada por Francisco Lacerda de Aguiar (PSD)²².

Com o sucesso do pleito, o PSD capixaba inicia articulações junto ao governo federal, comandado pelo primeiro-ministro Tancredo Neves (PSD) do governo João Goulart (PTB), para encampação da CCBFE por meio da compra de todo o grupo American & Foreign Power Company (AMFORP) pela União. É relevante destacar a proximidade, para além da questão da encampação da CCBFE, existente entre Francisco Lacerda de Aguiar e o governo João Goulart, o que ajudava Aguiar a direcionar a política de desenvolvimento econômico estadual. Assim, o ambiente político nacional conferia ao novo governo estadual um maior respaldo para propor medidas no sentido de atender realmente aos interesses das novas forças políticas na direção que orbitavam a gestão do PSD. Foram elaborados, neste ínterim, o Plano de Industrialização Rural²³ e o Plano Educacional de Emergência.

A atuação Governo do estado do Espírito Santo também foi beneficiada por uma política de investimento em infraestrutura iniciada pelo governo federal, com a Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) recebendo injeção de capital da ordem de 3,7 bilhões de cruzeiros através de subscrições feitas pelo BNDE. Sendo assim, o banco era detentor de 95% do total do capital da Empresa, enquanto está aumentando sua capacidade de produção com a construção da Usina de Laminação do Ferro.

Assim, a modernização do estado capixaba parecia se tornar inevitável. E na medida que as elites capixabas relacionadas à inserção do Espírito Santo no processo desenvolvimentista nacional ganhavam mais força, estas passaram a exigir uma maior adaptação da administração estatal, o que será um dos nortes do regime militar.

²² Importante destacar o quadro da disputa eleitoral da eleição capixaba de 1962. Novamente, haveria um conjunto das forças representado pelas oligarquias agro fundiárias, mas agora com a presença de um núcleo relacionado ao processo de industrialização, orbitando em torno do PSD, contra todos os outros setores relacionados às classes populares urbanas, pequena produção rural, oligarquias mercantis-exportadoras, diluídos nos demais partidos.

²³ A primeira etapa do **Plano de Industrialização Rural** foi implementada durante o ano de 1964. Para tanto, o Governo adquiriu 10 fábricas para industrialização de farinha, fécula e raspa de mandioca, 5 fábricas para industrialização do milho e 2 usinas de Laticínios, ao custo total de Cr\$ 400.000.000,00. Estas foram alienadas a 17 cooperativas, "mediante contrato de utilização condicional, até a liquidação do preço ajustado", pelas respectivas cooperativas, conforme o disposto no art. 1º da Lei 2.069, de 23/11/64, que autorizou a realização dos contratos.

Conclusão

É possível dizer, que o planejamento relacionado ao desenvolvimento econômico e a planificação no setor de energia elétrica no período Juscelino Kubistchek, ajudaram a consolidar o espaço de atuação do Estado e o contexto da industrialização pela primeira vez, integrando os projetos de desenvolvimento econômico regionais ao contexto nacional. Além disso, é importante apontar que a sinergia – ou simbiose – entre um projeto de desenvolvimento nacional e o setor elétrico no país, se relacionou justamente à evolução destas capacidades estatais no território nacional e a sua intervenção na atividade econômica.

Sob este aspecto, este artigo aponta para a importância já reconhecida da Eletrobrás e do BNDE para a consolidação do setor elétrico nacional nas décadas de 1960 e 1970, indicando singularidades importantes a respeito do papel das empresas regionais na consolidação do setor. A este respeito, algumas questões podem ser notadas: primeiro, a relevância dos projetos das elites políticas sobre os projetos de desenvolvimento econômico regionais, cruciais para a consolidação dos projetos industriais e da infraestrutura de energia elétrica. Por outro lado, se mostra igualmente relevante a influência do ambiente federativo na configuração das estratégias destas elites políticas para execução dos seus projetos.

Neste interim, é importante destacar também a relevância do Partido Social Democrático (PSD). Este partido aglutinou tanto nacionalmente, quanto regionalmente, boa parte dos grupos políticos que estiveram envolvidos nos projetos desenvolvimentistas, que também estiveram envolvidos nos projetos elétricos. No contexto capixaba, manifesta-se a partir do “consenso” pela industrialização de parte das elites capixabas, que a partir do final das décadas de 1950, e durante toda a de 1960, consolidaram um posicionamento disposto a implementar uma infraestrutura elétrica.

Notório ver o papel do governador Carlos Lindenberg – e do PSD capixaba -, na articulação da manutenção da hegemonia das elites agroexportadora latifundiária dentro do processo de modernização via industrialização, tentando tomar o controle das mudanças econômicas, evitando rupturas bruscas com a ordem agrária. Da mesma forma, é importante assinalar, a partir da chegada de Christiano Dias Lopes ao governo capixaba, o papel da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) como lugar de articulação e promoção das ideias de modernização de Kubistchek.

Ao fim, podemos dizer que o setor elétrico, sendo eletricidade um dos principais insumos para o desenvolvimento industrial, adquire um papel central no contexto político-econômico, mobilizando as articulações em torno da consolidação de suas instituições, como a

ESCELSA, sendo protagonista das transformações que o estado do Espírito Santo passava naquele momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

BARRINGTON Moore JR. - *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. O Desenvolvimentismo nos discursos presidenciais de Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi. Porto Alegre, 2019. p. 309. Tese de Doutorado – Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CPDOC (FGV). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line: Eliezer Batista Da Silva. Rio de Janeiro, 04 dez. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eliezer-batista-da-silva>.

CPDOC (FGV). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line: Arthur Carlos Gerhardt Santos. Rio de Janeiro, 04 dez. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-carlos-gerhardt-santos>.

CPDOC (FGV). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line: Asdrúbal Martins Soares. Rio de Janeiro, 01 dez. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eurico-vieira-de-resende>

CPDOC (FGV). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line: Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Rio de Janeiro, 13 dez. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-fernando-monteiro-lindenberg>

CPDOC (FGV). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line: Jones dos Santos Neves. Rio de Janeiro, 29 dez. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jones-dos-santos-neves>

CPDOC (FGV). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro On-line: Francisco Lacerda de Aguiar. Rio de Janeiro, 30 nov. 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aguiar-francisco-lacerda-de>

Centro de Memória da Energia. *Ciclo de Palestras: A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil*. Memória da Eletricidade no Brasil; Coordenação Renato Feliciano Dias. Eletrobrás, Rio de Janeiro, 1995.

ESPÍRITO SANTO, Ano Zero. A Gazeta, Vitória, p. 2, 30 mar. 1967.

Espírito Santo (Estado). Governador, 1959-1962 (Carlos Lindenberg). Mensagem à Assembleia Legislativa, Imprensa Oficial. p. 3. Vitória, 1960.

Jornal A Gazeta, 01/02/59, p. 01. Capa.

Jornal A Gazeta, 19/03/58, 1ª p., Roteiro (de Governo) do Candidato Carlos Lindenberg.

KUBITSCHKE, J. *Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento*. Belo Horizonte: Livraria Oscar Nicolai, 1955.

LAFER, C. O planejamento do Brasil - observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, B. (Org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MEDEIROS, Antônio Carlos. *Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa*. Dissertação de mestrado (Mestrado em Administração Pública). Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. IBC/GERCA, 1979.

RAPOSO, Eduardo. *Banco Central do Brasil: o leviatã ibérico: uma interpretação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011.

REIS, E. P. 1979. *The Agrarian Roots of the Authoritarian Modernization in Brazil: 1880-1930*. PhD. Dissertation. Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology

SILVA, Marta Zorzal. *Espírito Santo: estado, interesses e poder*. Volume 11. Dissertação. Escola Brasileira de Administração pública, FGV, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição (1981). *Problemas de industrialización avanzada en capitalismos tardios y periféricos*. Rio de Janeiro: Texto para Discussão/UFRJ (1981).